

## **PAULO AFONSO (BAHIA) – UMA CIDADE EM REESTRUTURAÇÃO**

Rafael Rodas Vera Filho<sup>1</sup>  
Simeia Simões Leal<sup>2</sup>

### **ESPAÇO-TEMPO-TERRITÓRIO**

A dinâmica do espaço geográfico leva à constante análise de seus conceitos-chaves para a validação de seu uso. A análise geográfica pretendida nesse trabalho tem como conceito central o território. Na breve análise realizada até o presente momento, percebemos ser este o conceito que melhor auxilia na resposta da problemática por nós levantada, norteando nossa discussão teórico-conceitual. Porém, não podemos utilizá-lo desvinculado dos demais, uma vez que a análise de uma cidade do semiárido baiano, no recorte estabelecido, encontra-se associada, principalmente, à discussão espaço-tempo. Por esse motivo, iniciamos por este conceito.

O espaço geográfico resulta da constante inter-relação da sociedade com o ambiente, nas diversas escalas geográficas, promovendo uma intensa utilização dos recursos disponíveis, ao mesmo tempo em que estabelece relações afetivas que promovem transformações com um sentido de pertencimento num dado espaço. O espaço vivido marca a ação humana naquele local, criando relações de trabalho e afetividade, como é possível perceber no semiárido, através da religiosidade específica – porque não dizer, singular – àquele espaço, em razão da crença que lhe confere uma identidade espacial, não retirando desse sua característica de zona produtora e polarizadora de uma série de atividades que serão destacadas mais adiante.

Segundo Corrêa (2007, p. 35) esse espaço vivido tende a se transformar dentro da lógica capitalista, e traz novas práticas sociais e, com estas ações, produz novos espaços e atributos, ou seja, novas funções em velhas formas. Num momento anterior, o mesmo autor

---

<sup>1</sup> Doutorando em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social Universidade Católica do Salvador – UCSAL.

<sup>2</sup> Professora de geografia da prefeitura de Lauro de Freitas (egressa da UCSAL)

discute a organização espacial como o resultado material do trabalho que a sociedade realiza, e como tal, reflete os diferentes grupos que o concretizam.

A discussão sobre o tempo é realizada por diversos ramos da ciência, encontramos referências na antropologia, na sociologia, filosofia, física, esses tomam para si a definição que melhor se enquadra na explicação de seus fenômenos relativos ao tempo. Para a geografia, as definições de tempo dos outros ramos não tem o efeito de definir a categoria de análise, pois, para este estudo, buscamos unir espaço-tempo-território.

Porém, é necessário destacar a temporalidade como elemento fundamental nesse processo, pois o autor destaca: “A organização espacial é o resultado do trabalho humano acumulado ao longo do tempo” (CORRÊA, 1996, p. 60). Exatamente como aconteceu em Paulo Afonso, cidade onde o capital determinou o estabelecimento das atividades produtivas, ao longo do tempo, de acordo ao que acontece na conjuntura econômica internacional. O espaço geográfico é o reflexo da sociedade – e como tal – recebe influências diversas, como escreve Santos (2007, p 55):

“Os movimentos da totalidade social modificando as relações entre os componentes da sociedade, alteram os processos, incitam a novas funções. Do mesmo modo, as formas geográficas se alteram ou mudam de valor, e o espaço se modifica para atender as transformações da sociedade.”

Essa discussão de Milton Santos ratifica a proposta deste estudo, pois o que ocorre no espaço urbano de Paulo Afonso (Bahia) é resultado da transformação social no espaço, utilizando novas funções para alterar processos com intensa repercussão nas velhas e atuais estruturas. O principal agente, sem dúvida, é a sociedade organizada naquele dado momento.

É importante considerar a sociedade na organização espacial. Estrutura, processo, função e forma, discutidos pelo autor acima, na sua obra “Espaço e Método” (2008), validam tal espacialidade quando os grupos sociais presentes determinam o valor do espaço, em cada momento e situação da sua utilização.

Porto Gonçalves (1984) reafirma a intervenção do Estado com o objetivo de facilitar os caminhos do grande capital, acentuado desde o final do século XIX. Gottdiener (1993) procura mostrar a atuação do Estado através de sua política que, de modo geral, subsidia com dinheiro público a produção do espaço do e para o setor privado.

A temporalidade se destaca quando consideramos, principalmente, a evolução da técnica. Ela promove transformações espaciais que reconfiguram espaços com antigas

estruturas dando-lhes novas funções (SANTOS, 2008).

No caso da cidade objeto deste estudo, precisamos analisar o território e sua territorialidade associados às relações espaciais e temporais que vão transmutar-se de acordo a consolidação dos interesses da sociedade e suas relações políticas e econômicas – nas diferentes escalas – pois não podemos deixar de lado os conceitos que balizam a discussão.

Segundo Santos (1994, p. 41) é necessário o entendimento da associação espaço-tempo-mundo, mesmo definindo-os de modo separado, pois estes se transformam em conjunto. O autor argumenta:

“Por tempo, vamos entender grosseiramente o transcurso, a sucessão de eventos e sua trama. Por espaço, vamos entender o meio, o lugar material da possibilidade dos eventos. E por mundo entendamos a soma, que é também síntese, de eventos e lugares”.

Percebe-se as novas formas de configuração espacial, a partir da reestruturação produtiva da cidade pesquisada, configurando-lhe uma dinâmica territorial articulada às diversas atividades então estabelecidas.

A associação espaço-tempo cria um espaço construído – o espaço geográfico – e nele percebemos a formação de territórios que podem ser analisados por diferentes perspectivas, desde o sentimento de pertencimento, passando por uma visão política até as diferentes atividades econômicas que se apropriam e dele retiram benefícios. As transformações ocorridas no **território** e que originam ou definem **territorialidades** diversas levam a necessidade de discutir a temporalidade, na qual, essas categorias se inserem, pois a partir da análise temporal, percebem-se os fenômenos nele ocorridos.

Pela constante transformação social, considerando o homem como ser mutável e passível de diversas influências, associado ao momento histórico em que acontecem, o espaço vai conjuntamente sofrendo influências e modificações. Afinal, o espaço geográfico resulta dessa relação. Assim, escreve Corrêa (1995, p. 35):

“As práticas espaciais são ações que contribuem para garantir os diversos projetos. São meios efetivos através dos quais objetiva-se a gestão do território, isto é, a administração e o controle da organização espacial em sua existência e reprodução”.

Logo, essa associação cria um espaço construído – o espaço geográfico – que de forma concreta e prática conotam um espaço delimitado, no qual seu controle, planejamento e

realização se dão efetivamente, diferenciando-se de acordo os grupos sociais presentes.

Segundo Haesbaert (2006, p. 121) [...] o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio e o controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados.

Na discussão referida – domínio do espaço – **território e territorialidade** aparecem como conceitos de suma importância para a validação desse estudo e compreensão da realidade. Nesse instante pensa-se o território através da sua existência, construção e desconstrução – em escalas diferenciadas – pois como escreve Souza (2007, p. 81):

“... territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica”.

Corrêa (1996, p 251) destaca que o conceito de **território** pode ser analisado sob diferentes perspectivas; deve-se considerar a apropriação da terra – tanto por instituições legitimadas no controle e organização de um espaço delimitado por fronteiras – como através da relação afetiva, condicionadas pelas diferentes práticas, sentidos, simbolismos, associados a determinados lugares. Segundo esse mesmo autor, pode-se definir **territorialidade** como:

“[...] um conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantir a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social” (p. 251-252).

Se o **território** pode ser conceituado a partir da propriedade e apropriação de um dado espaço, a **territorialidade** configura-se a partir dos elementos que consolidam essa definição de território através de representações materiais e imateriais onde as práticas desenvolvidas por diversos agentes sociais garantam sua permanência e utilização desse território para seus interesses (ANDRADE, 1996).

Para Souza (2006, p. 86) a abordagem relativa à **territorialidade** deveria ser feita a partir de uma “flexibilização da visão do que seja o território”, pois segundo o autor este “[...] será um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade [...]”.

Essa mesma territorialidade é discutida por Raffestin (1993) como parte integrante do comportamento espaço-temporal de grupos sociais diversos e de modos diferenciados sobre a superfície terrestre.

## **REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA – ALGUNS ASPECTOS GEOGRÁFICOS**

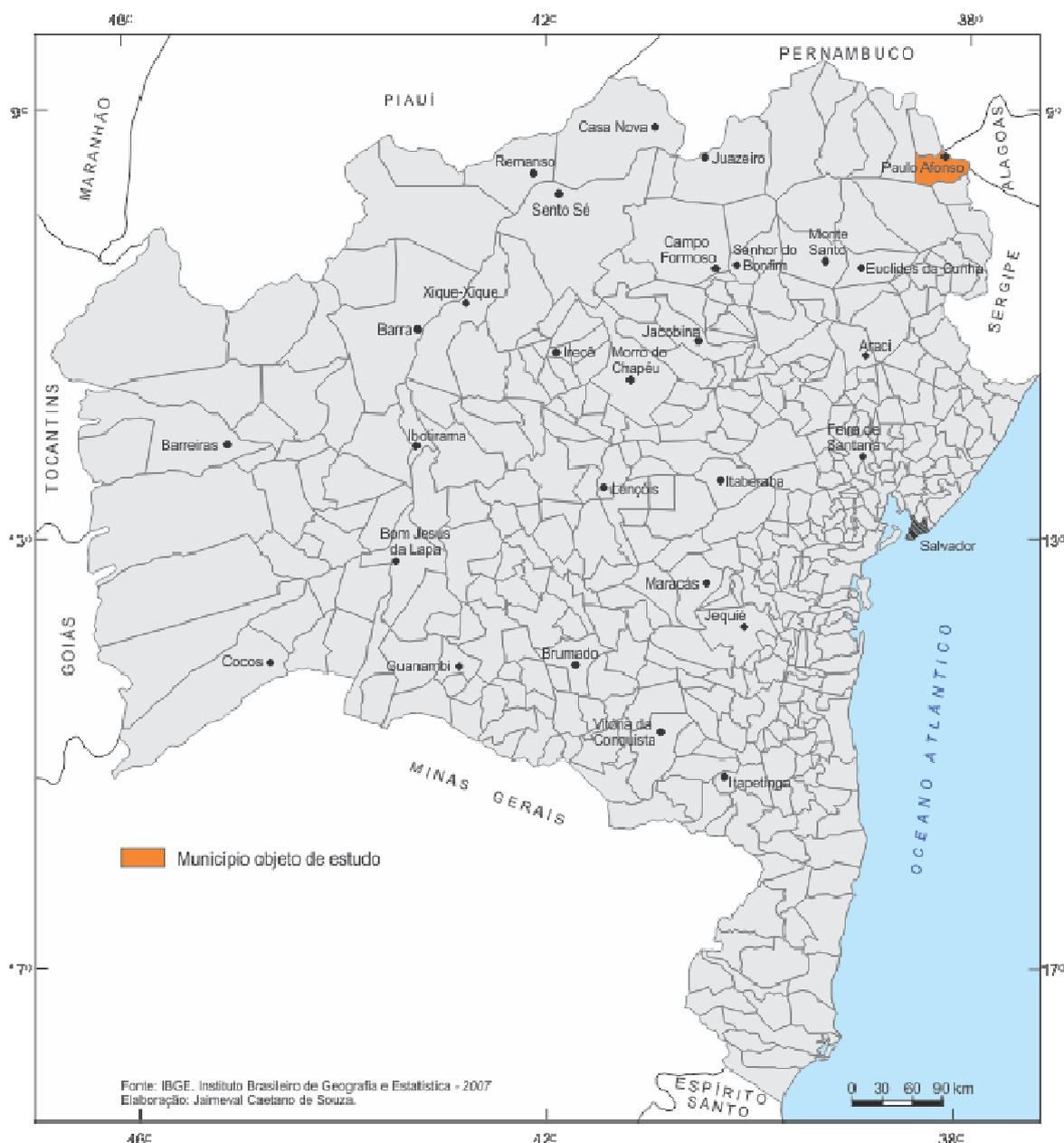
O contexto atual é marcado pela reestruturação produtiva do capital e por novas formas do conflito capital x trabalho, provocando uma intensa mudança na classe trabalhadora, que se torna cada vez mais complexa e diversificada. Numa análise geográfica que busca compreender as transformações espaciais a partir do conflito, torna-se premente considerar as novas formas assumidas por essa relação e os seus efeitos na produção do espaço. Dentre eles, destaca-se a degradação ambiental e a precarização do trabalho, que atingem a classe trabalhadora como um todo. Antunes (2001) evidencia a desregulamentação, a flexibilização e a terceirização, advindas de uma lógica societal onde o capital se vale da força de trabalho humano enquanto parcela imprescindível para a sua reprodução, como formas de transformações contemporâneas no mundo do trabalho, a partir da reestruturação produtiva. Assim, o novo contexto pode diminuir o trabalho vivo, precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não eliminá-lo. Nesse sentido, o trabalho não perde a sua centralidade de categoria de análise ou mesmo de agente constituinte da sociedade capitalista, mas ocorrem profundas mudanças no mercado de trabalho como um todo, as quais afetam os trabalhadores. Essas mudanças são identificadas a partir da diminuição dos trabalhadores industriais tradicionais, do aumento do trabalho assalariado no setor de serviços, e da heterogeneização das formas de trabalho marcadas pela informalidade, pela subproletarização caracterizada pelo trabalho em tempo parcial, doméstico, temporário, precário, subcontratado e pelas terceirizações, além do desemprego estrutural e da feminização do mercado de trabalho. “Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora” (ANTUNES, 2006, p. 50).

## **TERRITORIALIZAÇÃO NO INTRAURBANO DE PAULO AFONSO**

Inicialmente, buscou-se realizar uma pesquisa introdutória que explicasse o impasse decorrente do esgotamento parcial do padrão de crescimento econômico a partir dos

investimentos da CHESF. Chamou a atenção a inevitável reestruturação produtiva, com suas consequências sociais antes referidas por Antunes (2006). A localização geográfica do município (vide figura 1 abaixo), excêntrica à Salvador e na órbita do Recife, bem como outros fatores de condição, podem esclarecer a desigual conjuntura socioespacial.

**Figura 1 - Localização do município de Paulo Afonso - BA**



Os elementos evidenciados por Harvey (2009) e Thomaz Júnior (2009) auxiliam na

compreensão do processo de territorialização em Paulo Afonso (BA), bem como, na compreensão das **relações de trabalho** presentes no município. A **instalação de indústrias eletrointensivas na urbe em estudo poderia ser atribuída** ao fato de alguns de seus proprietários serem nascidos e criados no município (capacidade empreendedora), **aos incentivos fiscais oferecidos pelo governo da Bahia e pela Prefeitura da cidade em mira**, para sua instalação e ampliação por meio de programas de incentivo à indústria tanto no âmbito estadual como municipal; em termos pouco honrosos para o capitalismo, a existência de mão de obra barata e sem qualquer organização sindical e reivindicatória; a significativa produção de energia elétrica do município e áreas vizinhas, **sem a necessidade de construção de extensas linhas de transmissão**; e ainda, a posição geográfica do município que facilitaria o escoamento de mercadorias – em face da tríplice fronteira (Bahia/Pernambuco/Alagoas). Aos olhos do capital, todos esses fatores locacionais seriam benéficos, sob diferentes aspectos, com vistas à instalação de **indústrias eletrointensivas** nas proximidades da cidade de Paulo Afonso. No entanto, até o momento, semelhantes indústrias continuam sem se instalar no incipiente distrito industrial da cidade. Existem duas prováveis explicações para tal ausência de grandes consumidores industriais e energia elétrica, como está indicado a seguir:

- Passam a ser, cada vez mais, irrelevantes as dotações regionais de recursos naturais e de força de trabalho abundantes. Como foi visto por Harvey (2004a; 2004b; 2008), uma boa localização econômica, hoje, é muito mais dependente de condições construídas pelo próprio processo econômico. Inovações tecnológicas e mão-de-obra com maior qualificação, dentre outras, são simultaneamente resultado e condicionante para a expansão do capital. Isto torna uma dada região, cada vez mais, simples *locus* da acumulação;
- Os recentes investimentos do Estado da Bahia, reduzidos em termos comparativos, principalmente no que se vincula à infraestrutura rodoviária, limitam bastante este potencial da cidade. Desde a década de 1990, o acesso rodoviário em território baiano continua sendo dos mais precários. Aquilo que seria uma vantagem locacional para a Bahia, torna-se uma externalidade positiva para outros Estados vizinhos. Devido à particularidade de estar situada próxima a uma tríplice fronteira, a sede municipal apresenta intercâmbio mais acentuado com os estados de Pernambuco, Alagoas e Sergipe. O acesso em território pernambucano é prejudicado, em parte, pela insegurança pública. Tal

**deseconomia** decorre em razão da violência disseminada a partir de uma região pernambucana, denominada de “polígono da maconha”. No entanto, as vantagens locais advindas do porto de Suape (Pernambuco), juntamente com outros fatores de condição, certamente superariam a referida **externalidade** – ainda que em termos hipotéticos – caso fosse necessário transportar a produção de uma indústria eletrointensiva. Este tipo de indústria, em geral, de elevada produtividade e capacidade de acumulação.

### **REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA EM PAULO AFONSO**

As atividades presentes na cidade de Paulo Afonso (Bahia) demonstram as mudanças no processo produtivo e a reestruturação dos setores econômicos, repercutindo diretamente nesse espaço. O meio técnico-científico-informacional proposto por Milton Santos (2008) reorganiza todos os setores produtivos. Cria meios para o capital produzir e reproduzir lucro nos diversos segmentos econômicos e sociais. Inclusive, promove locais com concentração de mão-de-obra – servindo de exército de reserva para as atividades a serem realizadas – após a conclusão da obra principal.

Segundo Elias (2006) a agropecuária comercial não é novidade no Brasil, desde a colônia esta é promovida no país. O grande diferencial a considerar na discussão deve-se a região Nordeste da Bahia e à sua única cidade média, Paulo Afonso (Bahia). Grande produtora de hidroeletricidade, a referida cidade média absorveu grande conjunto de inovações. Isto ocorreu principalmente em tempos pretéritos, quando ainda não haviam outras usinas geradoras importantes e geograficamente próximas, a exemplo de **Moxotó (1977)** e Itaparica (1987).

Principal fonte de geração de energia na região, a hidreletricidade deve ter sua participação reduzida na matriz energética e, especificamente, na economia urbana de Paulo Afonso, nos próximos anos. A maior parte do potencial hidrelétrico já foi aproveitado – tendo em conta os níveis tecnológicos e a capacidade de investimento correntes – particularmente na *hinterlândia* da referida cidade. De fato, o Plano Nacional de Energia – cujo horizonte limite é o ano de 2030 – estima que **apenas 3% a 4% do potencial energético no Brasil esteja localizado na região Nordeste, basicamente na esfera de ação da CHESF, fator limitante para a expansão da capacidade dessa fonte energética e os benefícios econômicos da**

referida empresa para o território em vista.

Como rebatimento desse potencial bastante restritivo, o **Plano Decenal de Energia 2013 a 2022** também **deixou de prever a contratação de novos empreendimentos hidrelétricos na área estudada** (BNDES, 2014).

Ao longo do tempo, a cidade passou por **diferentes fases de reestruturação produtiva**. Etapas cíclicas se refletiram no espaço urbano entre **1948 e 1988**. Foram causadas, em grande parte, pelos seguintes fatores de condição básicos:

- passagem de uma fase de maior procura para a fase seguinte, de menor demanda por trabalhadores (**desemprego estrutural** típico da construção de barragens e hidroelétricas);
- emprego de máquinas e equipamentos mais modernos (**desemprego tecnológico**), além de uma série de outros itens da atividade industrial.

São conhecidos na literatura da geografia econômica especializada (HAGGETT, 1987; WEBB e BROEK, 1988) dois períodos o que alteram o espaço urbano próximo de obras pesadas de bens de capital, com impactos no comércio e nos serviços de base local:

- **ciclo de prosperidade**. Exemplos de atividades possíveis de ocorrer nessa fase: escavação e desmonte de rocha; construção de barragem; construção e instalação de dutos, canais e casa de máquinas – alguns deles subterrâneos, escavados na rocha-mãe – e a construção e montagem da hidroelétrica propriamente dita);
- **ciclo de recessão**. Diminui a contratação de mão-de-obra menos qualificadas em razão do início de uma nova fase, caracterizada pela operação e manutenção da usina, com a contratação de profissionais relativamente mais qualificados e pouco numerosos.

Destarte, semelhante ao descrito acima foi a sequência verificada durante a construção das unidades produtoras de **Paulo Afonso I (1955) a Paulo Afonso IV (1983)** – conducentes à transformação na divisão territorial do trabalho.

A cidade de Paulo Afonso, com seus espaços delimitados em zonas específicas e características particulares – que as distinguem – sofrem atualmente uma nova organização, de modo a absorver tanto as inovações técnicas como os novos modos de produção e consumo.

A reestruturação produtiva em Paulo Afonso foi feita, principalmente, a partir das

diferentes empresas empreiteiras e subempreiteiras contratadas pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF). Estas se revezaram na construção do conjunto das usinas – Paulo Afonso I a Paulo Afonso IV – que passam a produzir energia elétrica em substituição às termoelétricas em cidades de maior porte no passado recente (período aproximado de 1890 a 1945). Mais recentemente, em menor proporção, tal **reestruturação** se deveu ao aporte de empresas pertencentes a novos segmentos econômicos ligados ao turismo (especialmente, esportes e passeios náuticos), devido à criação de grandes lagos decorrentes do barramento do rio São Francisco. Semelhante transformação espacial trouxe consigo um **novo arranjo produtivo totalmente exógeno**, especialmente em termos de absorção da força de trabalho local e aplicação dos lucros obtidos com a exploração econômica dos recursos naturais – em especial, a água doce.

Em se tratando de diversificação econômica e reestruturação produtiva, uma atividade promissora, derivada da formação dos espelhos d'água, é a piscicultura. Embora ainda se trate de um empreendimento em fase inicial, apresenta perspectivas de integração com outras atividades. Ou seja, apresentam uma relativamente longa cadeia produtiva a montante e a jusante da atividade pesqueira, como se pode verificar a seguir:

- fábrica de ração para peixes, produção de alevinos, fábrica de gaiolas de peixes, a montante da pesca-despesca;
- beneficiamento de pescado (filetagem → indústria de alimentos; curtimento de pele de pescado → indústria de calçados; produção de ração para peixes, suínos e aves), a jusante da atividade pesqueira.

Mais significativos se tornam estes processos de exploração econômica, pela vantagem de terem sido incorporados *a posteriori*. Pode-se superar, desta forma, a concepção exclusivamente energética de aproveitamento das barragens, detalhe que poderá, inclusive, influenciar quando da construção de outros empreendimentos hidrelétricos.

Tais aspectos auspiciosos, no entanto, são minimizados em face da reestruturação produtiva em curso, que apresenta como maiores malefícios a fragmentação e a terceirização do trabalho, antes lembrados pelos autores consultados.

Percebe-se a situação da referida cidade média como associada à discussão de Santos e Silveira (2004), pois a inserção desse território no processo de descentralização industrial do sudeste, alinhado aos interesses do mercado mundial, faz com que cidades e regiões percam não só o comando de suas atividades como se desestremem para atender a ordem vinda de

cidades hierarquicamente superiores (Brasília e São Paulo) e de espaços econômicos forâneos – mormente Salvador, Recife e Fortaleza, principais regiões metropolitanas consumidoras da energia elétrica produzida em Paulo Afonso.

## CONCLUSÃO

A concentração de investimentos públicos, mercê das obras da mencionada empresa no rio São Francisco, possibilitou uma organização urbana de melhor nível, em termos relativos aos quarenta e dois municípios da referida região econômica. Ademais, possibilitou à prefeitura uma arrecadação de impostos comparativamente favorável, tendo em vista a dependência das demais municipalidades próximas em relação às transferências de renda a partir do erário da Bahia e da União.

A reestruturação produtiva incidente na cidade em estudo ocorreu de modo seletivo no espaço, conforme Santos (1996). Foram poucas as atividades manufatureiras decorrentes da **produção de hidroeletricidade**. A CHESF, como se sabe, tornou-se determinante para a instalação de poucas e pequenas manufaturas de base urbana. A empresa estatal foi decisiva no estabelecimento de um setor de comércio voltado, principalmente, para a redistribuição de produtos industrializados vindos de São Paulo. As referidas atividades rapidamente se estabeleceram, em maior número, naqueles subcentros urbanos de menor renda. Estes locais, pouco propícios à incorporação das inovações técnicas, maior produção e exportação de mercadorias, reforçaram os desequilíbrios no crescimento e desenvolvimento econômico, além de acentuar a histórica desigualdade socioeconômica e disparidade socioespacial existente nos subespaços urbanos pobres (especialmente, os bairros de Vila Poty e Jupιά, anteriormente lembrados) e os bairros planejados para os funcionários da estatal.

Néaumoins, Paulo Afonso pode ser considerada uma cidade da região Nordeste da Bahia que apresenta alguma potencialidade endógena de desenvolvimento. Isto se deve, basicamente, ao fato de sua economia urbana não estar direcionada, prioritariamente, ao atendimento das atividades agropecuárias (pecuária extensiva, principalmente). Ademais, é a única cidade do sertão baiano planejada em termos urbanísticos. Inicialmente pensada como *company town*, a forma e a função extrapolaram os planos arquitetônicos. A localização geográfica junto a uma tríplice fronteira e as boas estradas para Recife e demais regiões fora

da Bahia, foram um dos aspectos que facilitaram a imigração e o resultante crescimento urbano desordenado. Ultimamente, a diminuição da intensidade das obras da CHESF no território em estudo, impuseram a reestruturação produtiva local para a própria empresa e setores da economia urbana dela dependentes.

Tentativas recentes de diversificação econômica do território – principalmente através do turismo e esportes náuticos – foram introduzidas mediante a prática de modelos exógenos relações de trabalho e relações de produção.

## **REFERÊNCIAS**

ANDRADE, Manuel Correia. **Imperialismo e Fragmentação do Espaço**. São Paulo: Contexto, 1993. (Coleção Repensando a Geografia).

CORRÊA, Roberto Lobato. **Territorialidade e Corporação**: um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura. (Org.) **Território: globalização e fragmentação**. 3 ed., São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1996.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. Rio de Janeiro: Ática, 1993

CORRÊA, Roberto L. Espaço: um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto L. (Org.) **Geografia: Conceito e Temas**. 10 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

DOLLFUS, Olivier. **O Espaço Geográfico**. 4 ed., São Paulo: DIFEL, 1982.

ELIAS, Denise. Redes Agroindustriais e Produção do Espaço Urbano no Brasil Agrícola. In: SILVA, José Borzachiello; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise. (Org.) **Panorama da Geografia Brasileira I**. São Paulo: Annablume, 2006

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004. (46ª reimpressão da 1ª edição de 1945).

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4 ed., São Paulo: EDUSP, 2008. (Coleção Milton Santos, volume 1).

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5ª ed. São Paulo; EDUSP, 2008. (Coleção Milton Santos, 12).

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo** – Globalização e Meio técnico-científico-informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: Território e Sociedade no Início do Século XXI. 6ª ed, São Paulo: HUCITEC, 2004.

SANTOS, Célia Regina Batista. **Reorganização do Espaço Agrário e (Des)Territorialização das Relações Tradicionais**: o caso do projeto hidroagrícola platô de Neópolis (Da utopia do Estado, à realidade dos trabalhadores rurais). Universidade Federal de Sergipe. Núcleo de Pós-graduação em Geografia. Aracaju, 1996. Dissertação de Mestrado.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello; SILVA, Barbara-Christine Nentwig. **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. 2 ed. Salvador: UFBA. Mestrado em Geografia, Departamento de Geografia, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes. O Território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

#### REFERÊNCIAS SOBRE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

ALVES, Giovanni. Trabalho, capitalismo e formas de salariedade: notas teórico-críticas. O público e o privado, jul./dez 2005, n. 6. p. 109- 128.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (orgs). **A cidadania negada: Políticas de exclusão na educação e no trabalho.** São Paulo: Cortez, 2001, p. 35-48.

\_\_\_\_\_. (Org.) **A dialética do trabalho:** escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho?** : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Universidade de Campinas, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)caminhos do meio ambiente.** São Paulo: Contexto, 1984.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano.** Tradução de Geraldo Gerson dos Santos São Paulo: Edusp, 1993.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança.** São Paulo: Ed. Loyola, 2004a.

\_\_\_\_\_ **O Novo imperialismo.** São Paulo: Ed. Loyola, 2004b.

\_\_\_\_\_ **O Neoliberalismo:** história e implicações. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** 18ª ed. São Paulo: Loyola, 2009.

MOREIRA, Rui. **Sociedade e espaço no Brasil** (as fases da formação espacial brasileira: hegemonias e conflitos). In: Boletim paulista de geografia, São Paulo: AGB n. 83. p. 07- 31 dez. 2005.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Desafios teóricos para a geografia do trabalho no século XXI. In: THOMAZ JÚNIOR, A; FRANÇA JÚNIOR, L. B. (org.) **Geografia e trabalho no século XXI.** Presidente Prudente: Centelha, 2009, v. 4, 162-217.



## Direitos Humanos, Ética e Dignidade

---

18 a 24 de outubro de 2015

\_\_\_\_\_. Os desafios rumo a um projeto para o Brasil: intemperismo do trabalho e as disputas territoriais contemporâneas. Rio Claro, revista da ANPEGE, 2011, v. 7, n. 1, número especial, p. 307-309.